
MULHER MANTENEDORA/HOMEM CHEFE DE FAMÍLIA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO E PODER

Anabela Maurício de Santana¹

RESUMO: A proposta deste trabalho é refletir acerca do valor histórico de homens e mulheres, enfatizando e resgatando a trajetória das mulheres na história, identificando e percebendo as relações humanas. Inicialmente, pretende-se discutir a trajetória da mulher, fazendo abordagens acerca do feminismo, dando ênfase ao processo de reconfiguração das subjetividades femininas e masculinas e nos espaços e contextos que estão inseridos. Em seguida, discutimos o fato de a sociedade contemplar modelos de famílias que correspondem a diferentes papéis para homens e mulheres, enfocando o que as/os autoras/es dizem acerca da família, da construção de gênero, das dificuldades e desafios, a inserção da mulher no mercado de trabalho, como também sobre políticas públicas, que estudam esse fenômeno.

Palavras-Chave: Mulher; Feminismo; Mercado de Trabalho; Gênero e Poder.

ABSTRACT: The purpose of this paper is about the historical value of men and women, stressing and recovering the trajectory of women in history, identifying and realizing human relations. Initially, we intend to discuss the history of women, making approaches to feminism, emphasizing the process of reconfiguration of female and male subjectivities and the spaces and contexts that are inserted. Then we discussed the fact that society consider models of families that correspond to different roles for men and women, focusing on what / authors / s say about family, the construction of gender, difficulties and challenges, the insertion of women in the labor market, as well as on public policy, studying this phenomenon.

Keywords: Women; Feminism; Labor Market; Gender and Power.

Para adentrar no universo da temática em discussão cabe salientar que os meios de comunicação nos últimos anos têm veiculado reportagens que enfocam a atuação da mulher na sociedade contemporânea, sob uma nova perspectiva, ou seja, registram o empoderamento feminino, adotando como justificativa a crescente participação na vida

¹ Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior e Assistente Social do Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Tiradentes. E-mail: ana_santana@oi.com.br

pública, através da inserção nas universidades e no mercado de trabalho, o que tem proporcionado mudanças significativas no tocante aos papéis e atribuições desempenhados por ela no âmbito social e familiar.

Discutir o papel da mulher no espaço público remete-nos à divisão de trabalho existente entre homens e mulheres, que os levou a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza. Logo, mesmo diante dos progressos das mulheres em países de todo o mundo, as diferenças de gênero contribuem e servem de base para as desigualdades sociais. Sob esse prisma, Lacerda (2002) observa que: “Por muitas vezes, nos disseram o que deveríamos ser. No entanto, poucas vezes nos perguntaram quem somos. Em vários momentos, nos disseram o que fazer, sem que buscassem compreender o que fazíamos”.

Desta forma, realizando uma breve discussão acerca da opressão das relações de gênero e reportando ao fato de que mesmo as mulheres inseridas no mercado de trabalho (esfera pública) têm a missão das responsabilidades do trabalho reprodutivo (esfera privada), fruto da divisão sexual do trabalho, cuja divisão deve ser considerada como um fenômeno histórico e social e, por conseguinte, os rearranjos familiares dentro do contexto histórico movido pelas relações de força e heranças do patriarcalismo. Destacando também as relações de poder existentes entre os gêneros e os desafios da sexualidade. Outrossim, faz-se necessário mencionar que o poder é adquirido no processo de socialização, onde o primeiro passo encontra-se na socialização primária – na família – e depois na secundária – a sociedade –. Sendo assim, podemos aqui também salientar que todas as pessoas apresentam condições de buscar, conquistar e garantir o poder, mesmo que limitado, pois a sua limitação não significa a destituição do mesmo, entretanto, ele não é um atributo natural nem absoluto, mas repleto de obstáculos e pontos críticos, onde para muitas mulheres a barreira mais evidente é a insegurança econômica, visto que esta impõe a elas a luta pela sobrevivência muitas vezes em padrões mínimos e incertezas constantes.

Assim, historicamente, pode-se dizer que associou-se a formação dos papéis masculino e feminino como binômios construídos, introjetados e reproduzidos tanto pelo homem quanto pela mulher. Desta forma, faz-se mister salientar que mesmo quando a

manutenção da família é função da mulher, nem sempre, ou melhor, dizendo, com raras exceções, ela é chefe da família, visto que o chefe é a autoridade maior, impõe respeito, é construção cultural e social e, estas atribuições cabem ao varão, enquanto à mulher compete ser mãe-esposa-dona de casa e provedora econômica da sua prole. Sendo assim, é oportuno fomentar que as atribuições são distintas e desvinculadas: quem é mantenedora necessariamente não é chefe. Com esse pensamento, Sarti (2005: p. 67) ressalta que:

Cumprir o papel masculino de provedor não se configura, de fato, um problema para a mulher, acostumada a trabalhar, sobretudo quando em precisão; para ela o problema está em manter a dimensão do respeito, conferido pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um 'chefe masculino'. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se alteram.

Dessa reflexão pode-se afirmar que as relações sociais são marcadas pela questão de gênero, visto que o modelo construído que se tem funciona como referência e serve para regular as relações entre homens e mulheres, perpassando em todas as esferas da vida, sejam elas privadas ou públicas, e está permeado pelas relações de poder, este construído pela sociedade através de suas convenções culturais e sociais. Dessa forma, percebe-se que historicamente a sociedade contempla modelos de família em que homens e mulheres exercem diferentes papéis. Assim, por vários séculos, a mulher foi vista pelo viés masculino, ou seja, pela ótica e percepções do homem, visto que a mulher deve a ele obediência e respeito, pois é vista como "frágil e incapaz", determinando assim, sua maneira de pensar, de ser e de agir, fazendo-a acreditar que é inferior a ele.

Por conseguinte, Tavares (2003: p.3) destaca que "as relações de gênero são construídas historicamente através de uma hierarquia/antagonismo de gênero, caracterizadas pela dominação masculina e subalternidade das mulheres, ou seja, por uma assimetria no que se refere a posições e espaços ocupados por homens e mulheres, tanto na esfera pública quanto privada".

Assim, Giddens (2001: p. 109) em seus estudos destaca que os sociólogos utilizam o termo sexo para as diferenças anatômicas e fisiológicas que definem o corpo do homem e da mulher e, em contrapartida, por gênero, as diferenças psicológicas, sociais e culturais existente entre homens e mulheres. Em outras palavras, reforça que o gênero está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; ou seja, a distinção entre sexo e gênero é fundamental, pois muitas diferenças entre homem e mulher não são de origem biológica. Logo, observa-se que o gênero é um conceito socialmente criado que atribui aos homens e às mulheres papéis sociais e identidades distintas.

Nesse sentido, Giddens (2001: p.114) registra:

As diferenças de gênero raramente são neutras – em quase todas as sociedades, o gênero é uma forma significativa de estratificação social. O gênero é um fator crítico na estruturação dos tipos de oportunidade e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam influenciando fortemente os papéis que desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado.

Nesse sentido, percebe-se que essa suposta inferioridade feminina é uma construção também cultural. A mulher introjetou o que lhe foi passado culturalmente, acreditando de fato na superioridade do homem e no dever de sua subordinação a ele. Mas, na prática a sua ação foi diferente, tendo em vista que sempre lhe foi imposta a responsabilidade de cuidar da prole, não só nas questões internas como também a de subsistência da família.

Logo, Buttler (2003) em seus estudos relata:

O gênero só pode denotar uma unidade de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional.

A estudiosa por sua vez, acata claramente que o gênero não pode ser percebido apenas enquanto um substantivo, mas tampouco pode ser considerado conjunto de atributos oscilante, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. (Idem)

Logo, pode-se concluir que as relações de gênero são fundamentadas na dominação e no poder exercido pelos sexos, onde nesse duelo na maioria das vezes o homem é quem conduz, não sendo diferente na sexualidade, visto que numa cultura que insiste em valorizar o homem como poderoso, está a mulher que vem a dura pena lutando pela conquista de espaços ou por respeito, meio a essas transformações nas relações homem-mulher, sem rejeitar a vida familiar, mas questionando o que está posto tal qual está definido, por décadas.

O gênero dá significado às diferenças que são produzidas socialmente, e mediante o processo de construção do gênero, a sociedade apropria-se de idéias sobre o que é ser homem e ser mulher, como também o que é próprio de cada sexo. A sua simbolização cultural, além de macular os sexos, macula o social, o político e o religioso. Desse modo, percebe-se que estes significados são introjetados nos indivíduos, ou seja, são valores impostos, e estas diferenças são construídas pela própria sociedade a partir dos valores assimilados através das novelas, músicas e filmes. Assim, essa experiência é vivida até mesmo antes do nascimento, seja nas relações intrafamiliares, interpessoais, seja na escola, nas quais são reproduzidas de acordo com o que está posto culturalmente. Outrossim, ao longo da história da humanidade, o homem vem sendo opressor dele mesmo, visto que ele passa a maior parte do tempo se cobrando, ou seja, cobrando poder, que por sua vez pode ser entendido como virilidade, portanto o poder é entendido como respeitabilidade, autoridade e força, simbolizada pelo falo que quanto maior for melhor, pois neste viés é a central distribuidora de poder.

No que se refere ao Brasil, ao longo da história, o feminino tem sido construído como subordinado ao masculino, o que favoreceu aos homens uma situação de prestígio, privilégio e poder. A construção de gênero tem suas origens nas relações hierárquicas,

patriarcalistas, em que homens e mulheres se relacionam de maneiras desiguais, reforçando a idéia de dominação e poder de um sobre o outro.

Isto posto, faz-se mister ressaltar que nas culturas patriarcais como a brasileira não foi diferente, se atribui à mulher uma identidade associada ao privado e à subordinação. Essa identidade foi elaborada historicamente de diferentes formas em modalidades culturais específicas, de acordo com o modelo dentro do sistema de dominação vigente, logo Saffioti (2004) em seus estudos argumenta que a necessidade de tratar as relações de gênero ao lado do patriarcado deve-se ao fato de que o gênero tem caráter geral e descritivo, sem indicar o vetor da dominação, ou melhor, dominação-exploração. Assim,

As mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Essa soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade (Saffioti, 2004, p. 105).

Desta forma, faz-se necessário salientar que o patriarcado é a dominação dos homens sobre as mulheres, os seja, é fraternal, visto que é o poder exercido pelos homens enquanto homens, e não enquanto pais, conforme registra Carole Pateman “o patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista” (Pateman, 1993, p. 435). Então,

Há três eixos principais que estruturam a sociedade brasileira: o gênero, a raça/etnia e a classe social. Estas contradições não operam isoladamente. Formaram, ao longo da história, um verdadeiro nó, [...]. No novelo, a contradição encontra-se potenciada, do que decorre, dentre outras, uma importante implicação, ou seja, a necessidade de se formularem estratégias de enfrentamento dessa realidade mais complexa, que não está presente em cada um de seus elementos integrantes (Saffioti, 1999, p. 142).

As mulheres estão presentes em praticamente todas as profissões, ainda que as diferenças de gênero determinem formas diferenciadas de acesso ao mercado de trabalho. Profissões como professoras (de crianças) ou de enfermeira permanecem sendo redutos

femininos. Não obstante, em carreiras como medicina e direito, as conquistas femininas ainda requerem habilidades técnicas excepcionais que as destaque, porque a presença delas não é facilmente assimilada.

Logo, percebe-se que no Brasil, como em todo o mundo ocidental, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela efervescência dos movimentos sociais: estudantil, operário, feminista, contracultural e ambientalista, tendo em suas lideranças homens e mulheres, independentemente da geração, classe social raça e etnia, cujas lideranças foram perseguidas, presas, torturadas e, algumas, assassinadas. Já na década de 1980 o feminismo passou a influenciar outros sujeitos coletivos femininos, constituídos em base a um misto de identidade de gênero, identidade de raça e identidade de classe.

Outrossim, pode-se considerar que o feminismo brasileiro esteve presente e articulado, com mulheres se posicionando contra a ditadura, violação dos direitos humanos e outras práticas de opressão e dominação, exigindo liberdade e igualdade de direitos. Estes anos foram marcados pela revolução sexual e cultural das mulheres, elas começaram a sair do espaço doméstico para estudar, trabalhar, construir relações fora do casamento e participar de sindicatos e partidos políticos dentre outros. Na condição de sujeitos das ações ou de contribuintes, podemos elencar que as mulheres foram vítimas de preconceitos, acusadas de desviar os “bons costumes” e responsabilizadas pela ruptura dos padrões da moral vigente, sob os quais se mantinha a organização familiar. Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar que a compreensão do feminismo sobre o patriarcado se aproxima das idéias de pensadoras/es com Castells, que registra:

As relações de desigualdades de gênero se sustentam nas estruturas do patriarcalismo que caracteriza-se “pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher, que permeia todas as organizações da sociedade, da produção do consumo, à política, à legislação e à cultura. Além desses lugares, o patriarcado expressa-se também no campo do discurso, da linguagem, da subjetividade e símbolos. Essas manifestações permeiam as relações sociais dentro e fora do espaço doméstico/privado” (Castells, 1999, p. 169).

Desta forma, percebe-se que as questões trazidas pelo feminismo objetivando entender o universo das desigualdades como patriarcado, autonomia, público e privado, direito ao corpo, democratização das relações de poder entre os sexos, trabalho doméstico, dupla jornada, mulher e desenvolvimento, direitos reprodutivos e sexuais, violência contra a mulher, dentre outros, vem sendo incluídas numa agenda que hoje ultrapassa a do próprio movimento de mulheres, ganhando por sua vez novos campos de afirmação.

Para tanto, o feminismo ao instituir as mulheres como sujeitos da ação política, revela a dimensão política das desigualdades de gênero e politiza a relação entre público e privado, desconstruindo a ideologização do espaço doméstico (privado) como o lugar propício para as mulheres, onde os duelos e conflitos na relação de poder com os homens são constantemente negados, em virtude de uma “ordem natural” de supremacia do homem, legitimada e endeusada pela sociedade. Assim, é notório que a subordinação das mulheres é o resultado das relações desiguais de gênero, pautada pela cultura patriarcal e escravagista.

Logo, para fomentar a discussão podemos salientar que a constituição familiar se dá a partir de um homem e uma mulher que se relacionam e se amam, perpetuam este amor através da procriação e, conseqüentemente, oferecem aos seus descendentes não apenas os meios materiais de subsistência, mas também, sobretudo um ambiente de carinho, no qual a criança possa desenvolver-se como um todo, inclusive afetivamente. Entretanto, via de regra são poucas as famílias que executam essas funções dessa forma, pois há uma maior preocupação de ensinar, principalmente aos homens, o ato da competição constantemente por emprego, salário adequado em detrimento de qualquer outro valor, porque a competição deve ser intrínseca ao homem como traço fundamental de sua personalidade, para assim ele desempenhar de maneira brilhante o papel do macho, sem esquecer da agressividade como ingrediente fundamental da personalidade competitiva; ou seja, cabe sempre ao homem tomar as iniciativas, ser intransigente e firme (SAFFIOTI, 1979).

À mulher, ao contrário, impõe-se a obrigação e necessidade de camuflar qualquer ato de agressividade, intransigência e firmeza, pois a ela cabe ser dócil e passiva e, caso venha a apresentar traços contrários, tem a obrigação de esconder, por ser uma qualidade

atribuída de forma positiva ao homem e quando ela demonstra essas características anteriormente citadas, logo pode ser rotulada como mulher-macho. Assim, em meio a esses estereótipos, prevalece a supremacia do macho. Desta forma, ser feminina é ser delicada, falar baixo, bondosa, não ofender ninguém, realizar todas as tarefas da casa, cuidar das pessoas idosas e das crianças, entretanto, essas são qualidades e habilidades que meninas e meninos deveriam ter, isto é, aprender e valorizar desde pequenos, através das educações doméstica e pública e a partir daí se tornarem homens e mulheres igualmente preocupados e responsáveis com a justiça social e o bem-estar das pessoas.

Entretanto, é importante frisar que mesmo a mulher passando a desempenhar funções antes pertencentes aos homens, isto não aniquilou as diferenças entre ambos, pois a caracterização da chefia familiar feminina manifesta uma discriminação, haja vista que é denominada apenas quando a família conta com a figura masculina, como se a família mantida por mulheres fosse defeito, ao passo que na situação inversa essa terminologia não é usada de forma discriminatória.

Em outras palavras, no Brasil, como na grande maioria dos países ocidentais, a conquista de direitos civis, sociais e políticos para as mulheres teve e tem no movimento feminista o grande reivindicador, formulador e inspirador, visto que foi desse movimento que partiram as idéias de transformar decisivamente as relações entre mulheres e homens em todo o mundo, onde podemos enfatizar conquistas como: eleger e ser elegível; maiores oportunidades de trabalho; direito ao divórcio; como também o direito de exercer o controle sobre o próprio corpo em questões de reprodução, saúde e sexualidade.

Discutir o papel de mantenedora das mulheres remete-nos à divisão de trabalho existente entre sexos, que os levou a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza. Cabe enfatizar que, mesmo diante dos progressos das mulheres em países de todo o mundo, as diferenças de gênero contribuem e servem de base para as desigualdades sociais.

As atividades produtivas e as domésticas não eram separadas, pois a produção era levada a cabo em casa ou próximo dela, ou seja, as atividades estavam sempre atreladas, e todos os membros de uma família trabalhavam a terra ou ocupavam-se de trabalhos

artesanais, embora muitas vezes as mulheres tivessem uma grande influência dentro do lar em conseqüência da sua importância nos processos econômicos, mesmo sendo excluídas do mundo masculino, da política e da guerra, conforme salienta Giddens (2001: p. 392) em suas pesquisas.

O desenvolvimento da indústria moderna veio modificar muita dessas situações e ocorre a separação entre casa e local de trabalho, em que o fator principal da mudança pode estar atrelada à passagem da produção para as fábricas mecanizadas. Mas, em virtude do seu emprego fora de casa os homens passavam mais tempo no espaço público, enquanto as mulheres foram associadas aos valores “domésticos”, sendo responsáveis por tarefas como cuidar da prole, manutenção da casa e a preparação dos alimentos para a família. Com tudo, faz-se necessário ressaltar que devido à falta de mão-de-obra durante a Primeira Guerra Mundial, a participação das mulheres no trabalho remunerado manifestou um aumento considerável mais ou menos contínuo, pois durante os anos de guerra, elas passaram a realizar funções antes consideradas como exclusivas dos homens, e embora eles ao regressarem da guerra ocupassem de novo esses empregos, o padrão pré-estabelecido tinha sido quebrado (Idem).

Dessa forma, dentro desse universo, entre avanços e recuos, finalmente, importa notar que muitas mulheres escolherem entrar no mercado de trabalho por diversas questões, como necessidade econômica ou pelo desejo de concretização pessoal, em resposta ao impulso pela igualdade propulsionado pelo movimento das mulheres dos anos 1960 e 1970. Porém, apesar de possuírem igualdade formal em relação aos homens, as mulheres são ainda alvos de uma série de desigualdades no mercado de trabalho (GIDDENS, 2001: p. 393).

No bojo das mudanças Scavone (2004) registra que:

As primeiras reivindicações feministas podem ser localizadas no período de irrupção das revoluções democráticas do final do século XVIII, no qual se destaca a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, regida por Olympe de Gouges em 1791, contestando a exclusão das mulheres dos direitos universais proclamados pela Revolução Francesa de 1789.

Logo, a estudiosa aponta que enquanto o feminismo do século XIX continua a reivindicação pela aquisição dos direitos políticos/civis das mulheres, ele traz, também, com as socialistas utópicas, uma conjunção das idéias feministas com o ideal de uma sociedade igualitária, ressaltando como exemplo, a reivindicação pelo direito ao voto, em 1848, pois a mesma refere-se também ao direito do trabalho, o qual significava nos ideais revolucionários, a possibilidade de trabalhar e viver decentemente com os frutos daquele. Desta forma, poeticamente a mulher pode ser percebida enquanto sujeito agente da história, entretanto, cabe a ela perceber-se enquanto sujeito, conforme explicita Lispector (1999) em suas sábias palavras “Eu antes tinha querido ser os outros para conhecer o que não era eu. Entendi então que eu já tinha sido os outros e isso era fácil. Minha experiência maior seria ser o âmagos dos outros: e o âmagos dos outros era eu”.

Nesse sentido, Tavares (2002: p. 46) também menciona que, para melhor compreendermos a dinâmica de modernização e aparente laicização da família, faz-se necessário atentarmos para o aparecimento de novos ideais que conduzem ao igualitarismo que por sua vez desarticulam o modelo hierárquico, colocando como exemplo de ideal e modernizador, a Leila Diniz. Outrossim, tais mudanças substanciais podem ser associadas a revolução sexual, proporcionadora de novos padrões de relacionamentos e de organizações doméstico-familiar.

Penetrar neste riquíssimo universo de debates teóricos e políticos remete as idéias de Scavone (2004) onde a conceituada autora enfatiza que “a prática política do feminismo foi caminhando dos grupos espontâneos de autoconsciência dos anos 70, na Europa, e começo dos anos 80 no Brasil, para uma organização mais institucionalizada”. Assim, Carneiro (2002: p. 13), ao analisar a família, ressalta que:

Numa sociedade onde o valor de referência é derivado do eu, a família é importante na medida em que possibilita a cada membro constituir-se como sujeito autônomo. Esta função da família põe em evidência suas contradições internas, pois, ao mesmo tempo em que os laços de dependência são necessários, eles são negados.

Diante do exposto, percebe-se que o modelo tido como tradicional de família,

composta por pai, mãe e filhos, vem sofrendo inúmeras alterações e, estas modificações são capazes de modificar sua configuração, o seu funcionamento e os papéis desenvolvidos pelos seus membros no contexto familiar, ou seja, as mudanças alteram além da composição familiar, porque é na família, bem como fora dela, conforme Sarti (2005) a identidade masculina é associada ao valor do trabalho, independentemente da classe social. O trabalho perpassa a função de instrumento da sobrevivência material; visto que ele determina o substrato da identidade masculina, mostrando um jeito de ser homem. Assim, o valor do trabalho respalda e oferta autonomia moral ao homem de auto-afirmar-se.

Carvalho, ao reportar-se a FOLBRE (1998: p. 7), afirma que “de modo geral, chefia familiar é em si um conceito tendencioso, que traz implícito um sistema patriarcal de governância e a noção de ausência de conflitos internos quanto à locação de recursos entre os membros do domicílio”.

Dessa forma, cabe salientar que na contemporaneidade, não se concede mais a idéia de analisar a questão de chefia de família simplesmente pela ótica masculina, visto que são múltiplos os paradigmas de família existentes hoje, em decorrência da nova postura incorporada pela mulher num processo contínuo de redescoberta do seu espaço, seja ele intrafamiliar seja na sociedade.

Diante desse quadro, é oportuno esclarecer que a mulher preenchia o seu tempo com os afazeres domésticos, o que demonstra o quanto ela trabalhava mais que o homem, embora seu trabalho não fosse reconhecido e valorizado, porque permanecia ignorado e excluído pela sociedade. Porém, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade, a mulher assume uma nova postura e deixa o recinto familiar e parte para conquistar espaços no mercado de trabalho, assumindo assim uma jornada dupla.

Assim sendo, identifica-se a existência de outra diferença acerca da inserção feminina no mercado de trabalho, pois enquanto a participação e inserção masculina acontecem mediante as chances oferecidas e qualificações pessoais, para a mulher as circunstâncias são diferentes, porque além dos requisitos no que tange à qualificação e oferta, propaga-se a continuidade do modelo familiar patriarcalista, bem como sua responsabilidade, socialização dos filhos e as tarefas domésticas.

Para adentrar um pouco mais no terreno da conquista feminina no mercado de trabalho, a mulher assume seus direitos como cidadã, trabalhadora, companheira e mãe. Cabe salientar que, diante dessas conquistas, ela passou a mostrar suas aptidões e capacidade para desempenhar qualquer atividade profissional como cientista, médica, professora, entre outras. Todavia, mesmo diante do surgimento de novas conquistas, a mulher permanece ocupando no mercado de trabalho, atividades precarizados. Cabe lembrar que mesmo, ela desempenhando diversos papéis na sociedade, permanece submetida à função de reprodutora da espécie, visto que a mulher foi educada para constituir família, não é fácil construir novos paradigmas, uma vez que estes valores foram introjetados e faz parte do cotidiano tanto da mulher quanto do homem. Visto que, gênero é uma questão que determina as relações sociais. Associada a esta realidade constata-se a inexistência de uma política que garanta igualdade de direitos, remuneração, oportunidades de promoção e capacitação.

Portanto, a atual condição da mulher foi determinada pelo processo histórico e pelas limitações que ela sofreu em todos os aspectos e pelo surgimento de um novo mercado de trabalho. Entretanto, cabe salientar que este quadro vem contribuindo para a precarização da mão-de-obra feminina.

De qualquer forma, a mulher, independentemente de classe social ou local onde reside, vem se destacando enquanto mantenedora de família, como mulher trabalhadora mediante as transformações no mundo do trabalho, sociais e das necessidades do grupo familiar. Particularmente, no contexto social em que vive a mulher de classe popular, não resta outra opção que não seja o trabalho informal precarizado e mal remunerado.

Sobre esse aspecto Paixão (2005: p. 5) enfatiza:

Todas as mulheres são trabalhadoras, remuneradas ou não a depender do espaço onde está situada: doméstico ou extra domiciliar, mas este grupo diferencia-se pelo fato de que quase todas elas, o ganho obtido constitui a fonte principal de suas famílias. Nas camadas populares em que a complementaridade nos papéis: homem provedor, autoridade responsável pela unidade do grupo, gestora dos recursos valorizados nos grupos de camadas populares.

Nessa perspectiva, faz-se necessário ressaltar que essa é a realidade em que vive a grande maioria das mulheres da classe subalterna no Brasil, e que, em muitos casos, são trabalhadoras secundárias que complementam a renda do cônjuge e em outros são viúvas, jovens mães solteiras e separadas que por sua vez são indispensáveis na manutenção do sustento familiar. Todavia, o mercado de trabalho ainda remunera diferencialmente homens e mulheres e considera o rendimento gerado pelo trabalho feminino como suplementar ao orçamento doméstico. Diante desse quadro, segundo Coelho (2002: p. 65)

A entrada da mulher no mercado de trabalho é considerada um fator importante e as crises econômicas do país, a precarização do trabalho e a mão-de-obra feminina não foi reduzida, pois ao contrário elas estão sendo inseridas e se firmando gradativamente. Entretanto, com o aumento da demanda, cresceu o desemprego feminino tanto quanto o masculino.

Saffioti (1979) ao tratar do trabalho precarizado enfatizando que nas mudanças operadas com o advento do capitalismo industrial tornaram-se evidentes as atribuições econômicas das mulheres, que por sua vez vêm a desempenhar papéis fora do lar, obscurecendo seu papel nas atividades domésticas, que antecederam o regime das fábricas gigantescas e conseqüentemente marginalizaram a figura feminina do sistema vigente. Desse modo Sarti (2005: p.99) destaca que:

Quanto ao trabalho remunerado da mulher, por mais secundário que seja seu lugar na família, o fato é que ela freqüentemente trabalha, ainda que intermitentemente, dividindo com os filhos as entradas e saídas do mercado de trabalho, de acordo com as necessidades e possibilidades da família. Diante do fato histórico de que a mulher pobre sempre trabalhou remuneradamente, o trabalho feminino inscreve-se na lógica de obrigações familiares e é motivado por ela, não necessariamente rompendo seus preceitos e não obrigatoriamente configurando um meio de afirmação individual para a mulher.

Em se tratando da jornada de trabalho fora de casa, Vitale, ao reportar-se a Barroso e Bruschimi ressalta que “No Brasil, é no Censo Demográfico de 1980 que a categoria chefe passou a designar a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou família”. Assim, dentre as mudanças familiares, encontram-se as famílias monoparentais que crescem

a cada dia, nas quais a presença feminina destaca-se gradativamente, pois, com o passar do tempo, a mulher vem lutando pela transformação de uma sociedade demarcada pelo patriarcalismo que ela herdou. Por conseguinte, não é fácil penetrar em outros espaços que sempre foram atribuídos ao homem, como, por exemplo, prover o sustento da família (Barroso Bruschimi, apud Vitale, 2002: p.48).

Do exposto pode-se concluir que vem ocorrendo uma hegemonia feminina nessas configurações familiares, e nesta direção é relevante ressaltar que diversas famílias estão sendo mantidas por mulheres. Nesse sentido, Sposati (1988: p. 19) registra que

A trajetória do Brasil e da maioria dos brasileiros espelha fortemente a história de um povo colonizado por descobridores, mercadores, senhores da terra, senhores do capital, senhores do aparelho de Estado, senhores da comiseração, pelos donos do poder. Assim, miséria e vassalagem, pobreza e subalternidade fazem parte da mesma trajetória, embora tal relação antitética seja escamoteada por algumas estratégias de gestão articuladas pelos que se fazem donos do poder.

Diante disso, é relevante pensar na historicidade ao analisar o contexto das classes subalternas na sociedade capitalista, pois, a mercadoria é predominante e determinante dos produtos. O trabalhador vende sua força de trabalho como vendedor de mercadoria. Mas, percebe-se que o salário recebido pela venda do seu produto não corresponde à quantia que permite alimentar-se, vestir-se, cuidar da sua família, recuperar as energias e assim estar apto para retomar sua jornada de trabalho. Isto é, com a precarização do trabalho, o trabalhador não tem nem o mínimo para o seu cotidiano. Ele fica à mercê do mercado sem nenhuma perspectiva.

Percebe-se neste contexto a mais valia, que intensifica a força produtiva do trabalho social e aparece como força produtiva do capital. Este aspecto irá configurar um quadro de exploração feminina duplicado: a mulher é explorada pela sua condição de trabalhadora e discriminada pela sua condição de mulher, o que torna ainda mais difícil a qualidade de mantenedora do lar de classes subalternas.

Sendo assim, sem a intenção de querer esgotar a temática em questão, percebe-se que o gênero é um campo epistemológico que não surge do nada, mas sim das relações

sociais, em contrapartida pode-se afirmar que o gênero não surge com a finalidade de mudar os paradigmas e sim para contribuir e superar as relações do patriarcado. Outrossim, surgiu para estudar a subjetividade e hierarquia (o poder).

Percebe-se que diante de tantos avanços podemos dizer que atualmente, a mulher, dispõe igualmente dos direitos civis, políticos e sociais garantidos ao homem na legislação brasileira. Logo, a mulher vem tendo acesso a educação formal e ao trabalho, tem direito de propriedade, de ir e vir, eleger e ser elegível, como qualquer outro cidadão.

Nesse universo, os caminhos da mudança cultural são lentos, há ambigüidades, avanços e recuos, visto que as mudanças são aceitas em algumas esferas sociais e em outras a resistências. Assim, algumas contradições foram percebidas, visto que mesmo a mulher se dando conta de que é ela a provedora principal e que a presença do esposo muitas vezes é fator gerador de violências, a mulher manifesta como uma das suas grandes dificuldades a de educar os filhos sem a presença do pai, mesmo que a presença deste seja emblemática. Logo, conclui-se que a mulher provedora, quando encontra-se subordinada ao homem, não é chefe de família, a menos que não exista a figura masculina em casa. Neste sentido, vale afirmar que ela é provedora, mas quem é chefe é o homem.

REFERÊNCIAS

- BUTTLER, Judith. **Problemas de Gênero, Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Terezinha Feres. **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis – RJ. Vozes. 2002, p. 13.
- CARVALHO, Luiza. **Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida**. In: Serviço Social & Sociedade. Cortez. Ano XIX, nº 57, p.86, jul., 1998.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. In: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra. v. 2. 1999.
- COELHO, Virginia Paes. **O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida**. In: Serviço Social & Sociedade. Cortez. Ano XXIII, Especial, nº 71, p.65, 2002.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. **Serviço de Educação e Bolsas**: Fundação Calouste Gulbencian - Lisboa 4ª ed. 2001.

LACERDA, Mitsi Pinheiro de. **Por uma formação repleta de sentido**. In: ESTEBAN, Maria Teresa; ZACUR, Edwiges (Org.). Professora – Pesquisadora: uma práxis em construção. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

PAIXÃO, Lea Pinheiro. **Significado da Escolarização para um Grupo de Catadores de um Lixão...** [on line] Disponível. <http://www.scielo.br/scielo.php?> Jan/April. 2005.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SARTI, Cynthia Anderson. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. - 3 ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

SCAVONE, Lucila. **A Emergência das Questões Feministas nas Ciências Sociais**. In Dar a vida e cuidar da Vida. São Paulo: Unesp, 2004.

SAFFIOTI, Hebieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Vozes, 2ª ed. 1979, coleção de Sociologia Brasileira, vol. 4.

_____ **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza** - São Paulo: Cortez, 1988.

TAVARES, Márcia Santana. **Com açúcar sem afeto**. In: Encontro de História. Apresentado no IV Encontro de História Oral do Nordeste. Campina Grande – PB, setembro 2003.

_____ **“Pelos lentes do amor”: um estudo sobre o cotidiano amoroso de camadas médias urbanas**. Aracaju: Remar, 2002.

VITALE, Maria Amália Faller. **Famílias monoparentais: indagações**. In: Serviço Social & Sociedade. Cortez. Ano XXIII, Especial, p.48, 2002.